PORTUGAL

Treaties etc., 1834-1853
(Maria II)

Convencao litteraia

1851

CONVENÇÃO LITTERARIA

ENTRE

SUA MAGESTADE

A

RAINHA DE PORTUGAL E DOS ALGARVES,

E O

PRESIDENTE DA REPUBLICA FRANCEZA.

ASSIGNADO EM LISBOA

PELOS

RESPECTIVOS PLENIPOTENCIARIOS

EM 12 D'ABRIL DE 1851.

LISBOA
IMPRENSA NACIONAL.

1851.

136
1.4

DONA MARIA, por Graça de Deus, RAINHA de Portugal e dos Algarves, d'aquem e d'além Mar em Africa, Senhora de Guiné, e da Conquista, Navegação e Commercio da Ethiopia, Arabia, Persia, e da India, etc. Faço saber aos que a presente Carta de Confirmação e Ratificação virem, que em doze de Abril do corrente anno se concluiu e assignou na Cidade de Lisboa, entre Mim e o Presidente da Republica Franceza, pelos respectivos Plenipotenciarios, munidos dos competentes Poderes, uma Convenção Litteraria, da qual o theor é o seguinte:

Sua Magestade Fidelissima a Rainha de Portugal e dos Algarves, e o Presidente da Republica Franceza, igualmente Animados pelo desejo de proteger as artes, as sciencias e as bellas lettras, e de fomentar as emprezas uteis que dellas dependem, resolveram de commum accôrdo adoptar, para este fim, as mais efficazes providencias para garantir aos auctores ou a seus representantes a propriedade de suas obras litterarias ou artisticas, cuja publicação fôr feita nos dois respectivos Estados.

Com este intuito nomearam por seus Plenipotenciarios, a saber:

Sua Magestade a Rainha de Portugal e dos Algarves, ao Senhor João Baptista de Almeida Garrett, Fidalgo da Sua Casa, do Seu Conselho, Chronista Mór do Reino, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario, Commendador e Cavalleiro de varias Ordens, etc., etc., etc.

E o Presidente da Republica Franceza, ao Senhor Adolpho Barrot, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica Franceza junto de Sua Magestade Fidelissima, Commendador da Ordem Nacional da Legião de Honra, etc., etc., etc.

Os quaes, depois de trocarem seus plenos poderes, e os terem reconhecido em boa e devida fórma, convieram nos artigos seguintes:

ARTIGO I.

O direito de propriedade nas obras de espirito ou de arte, comprehendendo a publicação de escriptos, a de composições musicaes, a de pintura, de esculptura, de gravura, de lithographia, ou de quaesquer outras producções analogas, em todo ou em parte, do modo porque este direito é ou vier a ser regulado pelas Legislações respectivas, é reconhecido e reciprocamente garantido, no territorio de ambos os Estados, nos auctores ou em seus legitimos representantes, durante a vida dos mesmos auctores, e em seus herdeiros ou legitimos representantes, vinte annos, pelo menos, contados do dia do fallecimento dos ditos auctores.

Sa Majesté Très-Fidèle la Reine de Portugal et des Algarves, et le Président de la République Française, également Animés du désir de protéger les arts, les sciences et les belles lettres, et d'encourager les entreprises utiles qui s'y rapportent, ont, à cette fin, résolu d'adopter, d'un commun accord, les mesures qui leur ont paru les plus propres à garantir aux auteurs ou à leurs ayant-cause la propriété de leurs œuvres littéraires ou artistiques dont la publication aurait lieu dans les deux Etats respectifs.

Dans ce but, ils ont nommé pour leurs Plénipotentiaires, savoir:

Sa Majesté la Reine de Portugal et des Algarves, Monsieur Jean Baptiste de Almeida Garrett, Gentil-homme de Sa Maison, de Son Conseil, grand Historiographe du Royaume, Son Envoyé Extraordinaire et Ministre Plénipotentiaire, Commandeur et Chevalier de divers Ordres, etc., etc., etc.

Et le Président de la République Française, Monsieur Adolphe Barrot, Envoyé Extraordinaire et Ministre Plénipotentiaire de la République Française près Sa Majesté Très-Fidèle, Commandeur de l'Ordre National de la Légion d'Honneur, etc., etc., etc.

Lesquels, après avoir échangé leurs pleins pouvoirs, qui ont été trouvés en bonne et due forme, sont convenus des articles suivants:

ARTICLE I.

Le droit de propriété sur les ouvrages d'esprit ou d'art, comprenant la publication d'écrits, de compositions musicales, de peinture, de sculpture, de gravure, de lithographie, ou de toutes autres productions analogues, en tout ou en partie, tel que ce droit est réglé ou sera réglé par les Législations respectives, est reconnu et réciproquement garanti sur le territoire des deux Etats aux auteurs ou à leurs ayant-cause, pendant la vie entière des dits auteurs, et à leurs héritiers ou ayant-cause, pendant vingt ans au moins à partir du jour du décès des dits auteurs.

Fica bem entendido que qualquer augmento de praro que as Leis de um dos Estados venham a conceder aos naturaes delle, igualmente o será aos naturaes do outro Estado, quando naquelle o reclamem.

Il est entendu que si les Lois de l'un des deux Etats respectifs viennent à accorder à ses nationaux un délai plus long, cette augmentation de délai sera également concédée aux nationaux de l'autre Etat, s'ils l'y réclament.

Artigo II.

O exercicio deste direito fica, todavia, subordinado ao cumprimento das formalidades que, em cada um dos dois Estados, prescrevem ou vierem a prescrever as Leis em vigor, e sujeito, além disso, a um deposito reciproco, destinado a testificar precisamente o dia da publicação da obra: o qual deposito se fará pela maneira seguinte:

Se a obra se publicou pela primeira vez em França, ou suas dependencias, um exemplar della será depositado na Bibliotheca publica de Lisboa.

Se a obra se publicou pela primeira vez nos Estados de Sua Magestade Fidelissima, um exemplar della será depositado na repartição das publicações da imprensa (bureau de la librairie) do ministerio do Interior em París.

Este deposito, e o averbamento que delle se fizer nos registos especiaes que para isso hàverá, não será sujeito a nenhum outro imposto mais que o do sello; e as certidões que delle se passarem terão fé em juizo, e fóra delle em toda a extensão dos territorios respectivos, e farão prova do direito exclusivo de propriedade, de publicação ou de reproducção, em quanto judicialmente se não contestar e demonstrar o contrario.

Article II.

L'exercice de ce droit est subordonné, toutefois, à l'accomplissement des formalités qui, dans chacun des deux Etats, sont ou viendront à être prescrites par les lois, et en outre, à un dépôt réciproque destiné à constater, d'une manière précise, le jour de la publication des dits ouvrages, et qui devra s'effectuer de la manière suivante:

Si l'ouvrage a paru pour la première fois en France, ou dans ses dépendances, il en sera déposé un exemplaire à la Bibliothéque publique de Lisbonne.

Si l'ouvrage a paru pour la première fois dans les Etats de Sa Majesté Très-Fidèle, il en sera déposé un exemplaire au bureau de la librairie du ministère de l'Intérieur à Paris.

Ce dépôt et l'enregistrement qui en sera fait sur les registres spéciaux tenus à cet effet, ne donneront respectivement ouverture à la perception d'aucune taxe autre que celle du timbre, et le certificat qui en sera délivré fera foi, tant en jugement que hors, dans toute l'étendue des territoires respectifs, et constatera le droit exclusif de propriété, de publication ou de reproduction, aussi long temps que quelque autre personne n'aura pas fait admettre en justice un droit mieux établi.

Artigo III.

A traducção feita em um dos dois Estados de uma obra publicada no outro Estado, é equiparada á sua reproducção, e comprehendida nas disposições do artigo primeiro, uma vez que o auctor, por uma declaração collocada á frente da obra de que se tracta, annuncie querer elle mesmo traduzi-la, ou fazê-la traduzir, e que effectivamente esta traducção seja publicada dentro de um anno, contado da data do deposito, e registo da publicação do texto original. Será concedido aos auctores, para effeituarem o dito deposito, o prazo de tres mezes improrogaveis, contados da data da publicação original.

Quanto ás obras que se publicam por cadernos de entregas (livraisons), bastará que a declaração do auctor seja feita no primeiro caderno; mas o prazo fixado para o exercicio deste direito não começará a contar-se

Article III.

La traduction faite, dans l'un des deux Etats, d'un ouvrage publié dans l'autre Etat, est assimilée à sa reproduction et comprise dans les dispositions de l'article premier, pourvu que l'auteur ait fait connaître, par une déclaration placée en tête de l'ouvrage, qu'il entend le traduire lui même, ou le faire traduire, et que cette traduction ait effectivement paru dans le délai d'un an, à partir de la date du dépôt et de l'enregistrement du texte original. Il sera accordé aux auteurs, pour effectuer ce dépôt, un terme de rigueur qui ne pourra excéder trois mois après la publication de l'original.

A l'égard des ouvrages qui se publient par livraisons, il suffira que cette déclaration soit faite sur la première livraison. Toutefois le terme fixé pour l'exercice de ce droit ne commencera à courir qu'à dater de la

senão da data da publicação da ultima entrega, comtanto que não medeem mais de tres annos entre a publicação da primeira, e a da ultima entrega.

Nas obras de mais de um volume cujos tomos se publicarem com intervallos, para cada um dos ditos volumes se contará do mesmo modo o dito prazo, como se constituisse de per si uma obra completa.

Nas obras publicadas por entregas, a indicação da data do deposito será posta na ultima entrega, e d'ahi se contará o prazo marcado para o exercicio do direito de traducção.

ARTIGO IV.

São igualmente comprehendidas nas disposições do artigo primeiro, e equiparadas ás producções originaes, no que respeita á sua reproducção na mesma lingua, as traducções feitas em um dos dois Estados de obras publicadas fóra do territorio de ambos elles.

Não são comprehendidas nas ditas disposições as traducções feitas em uma lingua que não seja a de um dos dois Estados.

Exceptuam-se, todavia, desta ultima regra as traducções que se fizerem para uma das linguas mortas ou scientificas, as quaes entrarão na regra geral do presente artigo, *in principio.*

ARTIGO V.

As disposições do artigo primeiro são applicaveis á representação das peças de theatro, pelas quaes os auctores ou seus representantes perceberão os direitos de auctor que determina ou vier a determinar a legislação do paiz em que são representadas.

As disposições do artigo terceiro não são applicaveis ás peças de theatro, as quaes poderão livremente ser traduzidas nos dois Estados respectivos desde que apparecerem em um delles. Os auctores da obra original terão direito a perceber um quarto dos honorarios que são concedidos ao traductor no paiz em que a traducção fôr representada, ou seja pela lei, ou por convenção particular.

Sua Magestade Fidelissima convém em que nesta parte, para qualquer omissão que se encontre na legislação de Portugal, a legislação franceza seja admittida como subsidiaria, na conformidade das leis e estylos do Reino.

publication de la dernière livraison, pourvu, d'ailleurs, qu'il ne s'écoule pas plus de trois ans entre la publication de la première livraison et celle de la dernière.

Quant aux ouvrages de plus d'un volume, dont les tomes se publieraient les uns après les autres, le délai dont il s'agit se calculera, pour chacun des dits volumes, de la même manière que s'il formait par lui-même une œuvre complète.

Relativement aux ouvrages publiés par livraisons, l'indication de la date du dépôt devra être apposée sur la dernière livraison, à partir de laquelle commencera le délai fixé pour l'exercice du droit de traduction.

ARTICLE IV.

Sont également comprises dans les dispositions de l'article premier et assimilées aux productions originales, en ce qui concerne leur reproduction dans la même langue, les traductions faites, dans l'un des deux Etats, d'ouvrages publiés hors du territoire des deux Etats.

Toutefois, ne sont pas comprises dans les dites dispositions, les traductions faites dans une langue qui ne serait pas celle de l'un des deux Etats.

Sont exceptées, neanmoins, de cette dernière règle les traductions qui seraient faites dans une des langues mortes ou scientifiques, lesquelles entreront dans la règle générale établie par le présent article, *in principio.*

ARTICLE V.

Les dispositions de l'article premier sont applicables à la représentation des pièces de théatre, sur lesquelles les auteurs ou leurs ayant-cause percevront les droits d'auteur qui sont, ou qui seront déterminés par la législation du pays où elles sont représentées.

Les dispositions de l'article troisième ne sont pas applicables aux pièces de théatre, lesquelles pourront être librement traduites dans les deux Etats respectifs, dès qu'elles auront paru dans l'un d'eux: les auteurs de l'œuvre originale auront droit à percevoir un quart des honoraires alloués aux traducteurs dans le pays où la traduction sera représentée, soit par la loi, soit par des conventions particulières.

Sa Majesté Très-Fidèle convient qu'à cet égard, s'il se rencontre quelque lacune dans la législation portugaise, on aura recours á la législation française, qui sera appliquée subsidiairement, en conformité avec les lois et les coutumes du Royaume.

Artigo VI.

Os artigos extrahidos dos jornaes ou escriptos periodicos publicados em um dos dois Estados poderão ser reproduzidos livremente, no original ou em traducção, pela imprensa do outro Estado, com tanto que se indique a origem delles; salvo se os auctores dos ditos artigos, ou seus legitimos representantes, declararem, no mesmo numero ou quaderno do periodico em que são insertos, ou que interdizem a reproducção d'elles, ou que se reservam o direito de os traduzir ou fazer traduzir no prazo legal.

Article VI.

Les articles extraits des journaux ou écrits périodiques publiés dans l'un des deux Etats pourront être reproduits librement, en original ou en traduction, par la presse de l'autre Etat, pourvu que l'origine en soit indiquée, à moins toutefois que les auteurs des dits articles ou leurs ayant-cause n'aient formellement déclaré, dans le numero même du journal ou de l'écrit périodique où ils les auront insérés, qu'ils en interdisent la reproduction, ou qu'ils se réservent le droit de les traduire, ou de les faire traduire dans le délai légal.

Artigo VII.

As disposições do artigo segundo não são applicaveis aos jornaes e escriptos periodicos; mas se um artigo, serie de artigos ou obra qualquer que pela primeira vez tenha apparecido em um jornal ou obra periodica, se vier a reproduzir depois em differente fórma, seus auctores ou representantes gosarão dos direitos garantidos nos artigos primeiro e terceiro, uma vez que satisfaçam ao deposito prescripto no artigo segundo.

Article VII.

Les dispositions de l'article second ne s'étendront pas aux jounaux ou écrits périodiques; mais si un article, une serie d'articles, ou une œuvre quelconque qui aurait paru pour la première fois dans un journal ou dans un ouvrage périodique vient à être reproduit plus tard sous une forme différente, les auteurs ou leurs ayant-cause jouiront des droits garantis par les articles premier et troisième ci-dessus, pourvu qu'ils satisfassent au dépôt prescript par l'article second.

Artigo VIII.

É prohibida a introducção e a venda, em cada um dos dois Estados, das obras e mais objectos de contrafeição definidas pelos artigos primeiro, terceiro e quarto, ainda quando as contrafeições tenham sido feitas em paiz estrangeiro.

Article VIII.

L'introduction et la vente, dans chacun des deux Etats, d'ouvrages ou d'objets de contrefaçon définis par les articles premier, troisième et quatrième ci-dessus, sont prohibées, lors même que les contrefaçons auraient été faites dans un pays étranger.

Artigo IX.

Toda a contravenção ás disposições dos artigos antecedentes é inteiramente equiparada á introducção e venda de objectos qualificados de contrabando pela legislação fiscal de ambos os paizes, e será havida como tal nas respectivas estações fiscaes. Os objectos aprehendidos serão confiscados, e o contraventor incorrerá n'uma multa de quinhentos francos, pelo menos, se o delicto fôr commettido em França, e de oitenta mil réis, pelo menos, se fôr commettido em Portugal; a metade da qual multa cederá em proveito dos que fizerem a tomadia, e a metade para o thesouro publico do Estado em que tiver sido imposta; isto sem prejuizo das perdas e damnos que os tribunaes arbitrarem a favor de quem direito fôr.

Article IX.

Toute contravention aux dispositions des articles précédens sera assimilée, en tout, à l'introduction et à la vente de marchandises qualifiées contrebande par la législation fiscale des deux pays, et sera considerée comme telle dans tous les établissemens de douane respectifs. Les objets saisis seront confisqués et le délinquant sera frappé d'une amende, de cinq cents francs, au moins, si le délit a été commis en France, et de quatre-vingt mille reis, au moins, s'il a été commis en Portugal, laquelle amende sera moitié au profit des capteurs et moitié au profit du trésor de l'Etat où elle aura été imposée; et ce sans préjudice des dommages-intérêts que les tribunaux pourront arbitrer en faveur de qui de droit.

Artigo X.

Para assegurar mais efficazmente a execução do presente artigo, fica tambem expressamente stipulado:

1.° Que toda a remessa feita de um paiz

Article X.

Pour assurer plus efficacement l'éxécution de l'article précédent, il est, en outre, expressement stipulé.

1.° Que tout envoi fait d'un pays dans

para o outro de quaesquer obras d'espirito ou d'arte deverá ser acompanhada de um certificado passado em França pelo prefeito ou sub-prefeito estabelecido na villa ou cidade de onde se faz a remessa, ou na mais proxima della, e em Portugal pelo Governador Civil do districto de onde igual remessa fôr feita.

Pelo dito certificado se não levará ás partes mais de cincoenta centimos em França, e oitenta réis em Portugal, seja qual fôr o numero das obras que contenha a remessa, e nelle se expressará o numero, titulo e volumes de cada obra, o numero de exemplares de cada uma dellas, e a declaração de que todas são edições e propriedade nacional do paiz d'onde a remessa fôr feita, ou que foram nacionalisadas por terem pago os direitos de entrada.

Os certificados passados pelas authoridades locaes acima mencionadas serão traduzidos e vizados gratuitamente pelos respectivos agentes diplomaticos ou consulares.

2.° Que todas as obras que despacharem, ainda que seja por transito ou baldeação, com destino a um dos duis Estados, provindo de qualquer parte que não seja o outro Estado, deverão, sendo escriptas na lingua do ultimo mencionado, ser acompanhadas de certificados passados pelas authoridades competentes do paiz d'onde provêm, exarados na fórma acima indicada, e declarando que as ditas obras são todas publicação original do dito paiz ou de qualquer outro em que as mesmas obras foram impressas e publicadas.

Toda a obra de espirito ou de arte que, nos casos previstos no presente artigo, não fôr acompanhada do certificado em devida fórma acima mencionado, será, por essa falta sómente, havida por contrafeita, equiparada como tal a genero de contrabando, e sujeita ás determinações do artigo nono.

Artigo XI.

O reconhecimento e a verificação de nacionalidade das importações das obras de espirito ou de arte será feita nas mesas das Alfandegas respectivas, especialmente destinadas a este fim, com a concorrencia dos agentes particularmente encarregados, nos dois paizes, do exame dos livros importados de paiz estrangeiro. Lavrar-se-ha auto de toda a contravenção que se encontrar ás disposições do artigo decimo; e os processos judiciaes que d'ahi se originarem serão em

l'autre d'ouvrages d'esprit ou d'art devra être accompagné d'un certificat délivré, en France par les préfets ou sous-préfets établis dans la ville d'où se fera l'envoi ou dans la ville la plus voisine de celle-ci, et en Portugal par le Gouverneur Civil du district d'où l'envoi aura lieu.

Ce certificat, dont le coût ne pourra dépasser cinquante centimes en France et quatre-vingts réis en Portugal, quel que soit le nombre d'ouvrages composant chaque envoi, devra, d'une part, énoncer le titre, la liste complète et le nombre d'exemplaires de chacun des ouvrages auxquels il s'applique, et, de l'autre, constater que ces mêmes ouvrages sont tous édition et propriété nationale du pays d'où l'expédition s'effectue, ou qu'ils ont été nationalisés par le paiement des droits d'entrée.

Les certificats délivrés par les autorités locales ci-dessus mentionnées seront traduits et visés gratuitement par les agens diplomatiques, ou consulaires respectifs.

2.° Que tous ouvrages expédiés en douane, même en transit ou par transbordement, à destination de l'un des deux Etats, d'ailleurs que de l'autre Etat, devront, lorsqu'ils seront rédigés dans la langue de ce dernier Etat, être accompagnés de certificats délivrés par les autorités compétentes du pays de provenance, libellés dans la forme indiquée ci-dessus et constatant que les dits ouvrages sont tous publication originale du dit pays ou de toute autre contrée dans laquelle ces mêmes ouvrages ont été édités.

Tout ouvrage d'esprit ou d'art qui, dans les cas prévus par le présent article, ne serait pas accompagné du certificat ci-dessus énoncé, en due forme, sera, par cela seul, réputé contrefait, assimilé comme tel à une marchandise de contrebande et traité conformément aux dispositions de l'article neuvième ci-dessus.

Article XI.

La reconnaissance et la vérification de nationalité des importations d'ouvrages d'esprit ou d'art se fera dans les bureaux de douane respectifs, spécialement ouverts à cet effet; et avec le concours des agens particuliers chargés, dans les deux pays, de l'examen des livres arrivant de l'étranger. Il sera dressé procès-verbal de toute contravention aux dispositions prescrites par l'article dixième, et les poursuites judiciaires auxquelles il y aurait lieu de recourir seront diri-

tudo conformes e regulados pelo que prescreve a legislação de cada um dos dois Estados em materia de contrabando.

gées, de part et d'autre, comme il est dit ci-dessus, dans les formes établies par la législation respective en matière de contrebande.

Artigo XII.

No acto de se pôr em execução a presente Convenção, as Altas Partes Contractantes se communicarão reciprocamente a lista exacta das repartições ou mesas da Alfandega, maritima, e terrestre, ás quaes, de uma parte e de outra, ficar reservado o despacho e verificação das obras de espirito, ou de arte.

Article XII.

Au moment de la mise à exécution de la présente Convention, les Hautes Parties Contractantes se communiqueront réciproquement la liste exacte des bureaux de douane maritime et terrestre auxquels sera limité, de part et d'autre, la faculté de recevoir et de vérifier les envois d'ouvrages d'esprit ou d'art.

Artigo XIII.

A fim de evitar todas as difficuldades e complicações judiciaes quanto ao passado, e por motivo da posse em que actualmente estejam quaesquer livreiros, editores ou impressores de contrafeições de obras francezas ou portuguezas por ellas reproduzidas ou importadas, fica stipulado e convencionado que os actuaes detentores das ditas contrafeições as não poderão vender por atacado ou a retalho, nem reexportar para paiz estrangeiro, ou para qualquer porto dependente da metropole, nem subtrahir-se aos procedimentos judiciaes por parte dos auctores das ditas obras, ou de seus representantes, senão fazendo revestir cada exemplar das ditas contrafeições com um sello especial, que será posto pelas authoridades competentes do paiz, e pelo qual se não levará ás partes mais de vinte e cinco centimos em França, e de quarenta réis em Portugal.

É concedido respectivamente um prazo de tres mezes, contados da data da troca das ratificações, para se cumprir com esta formalidade, sem que, todavia, se permitta no intervallo, e debaixo de qualquer pretexto, a introducção, de paiz estrangeiro, de novos exemplares das obras contrafeitas, ou a publicação dentro do paiz de quaesquer novas contrafeições.

Expirado este prazo, todo o exemplar contrafeito de uma obra de espirito ou de arte, publicada em qualquer dos dois Estados, cuja propriedade se justificar pela fórma prescripta no artigo segundo, e que não estiver munido do sello especial acima mencionado, será havido por fraudulento, e poderá ser apprehendido e confiscado a requerimento dos proprietarios da obra original, ou de seus representantes, sem prejuizo das perdas e damnos, multas, custas, e de quaesquer outras penas, que estejam ou venham a estar estabelecidas pela legislação respectiva de cada um dos dois paizes.

Article XIII.

Pour prévenir toute difficulté ou complication judiciaire quant au passé, à raison de la possession par les libraires, éditeurs ou imprimeurs respectifs, de contrefaçons d'ouvrages français ou portugais reproduits ou importés par eux, il est stipulé et convenu que les détenteurs actuels de ces contrefaçons ne pourront les vendre, en gros ou en détail, ni les réexporter en pays étranger ou pour un port quelconque dépendant de la métropole, ni se soustraire aux poursuites judiciaires de la part des auteurs des dits ouvrages ou de leurs ayant-cause, qu'après avoir fait revêtir chaque exemplaire de ces contrefaçons, par les autorités compétentes du pays, d'un timbre spécial dont le coût ne pourra pas dépasser, en France, vingt-cinq centimes et, en Portugal, quarante reis.

Un délai de trois mois, à partir de l'échange des ratifications, est respectivement accordé pour l'accomplissement de cette formalité, sans que, cependant, on puisse, dans l'intervalle, et sous aucun prétexte, introduire de l'étranger de nouveaux exemplaires des ouvrages contrefaits, ou publier, dans le pays, de nouvelles contrefaçons.

Passé ce délai, tout exemplaire contrefait d'un ouvrage d'esprit ou d'art publié dans l'un ou dans l'autre pays, et dont la propriété aura été justifiée dans la forme prévue par l'article second, sera considéré comme ayant été introduit en fraude, et pourra être confisqué à la requête des propriétaires de l'ouvrage original ou de leurs ayant-cause, sans préjudice des dommages-intérêts, amendes, dépens et autres peines déterminées ou qui viendraient à être déterminées par la législation respective de chacun des deux Etats, si le dit exemplaire n'est pas revêtu du timbre spécial ci-dessus mentionné.

ARTIGO XIV.

As disposições da presente Convenção não prejudicam por nenhum modo o direito que expressamente se reserva cada um dos dois Estados de vigiar, permittir ou prohibir, por Leis ou por medidas de policia interior, a circulação, a representação ou a exposição de quaesquer obras ou producções sobre as quaes julgue conveniente exercê-lo.

ARTIGO XV.

A presente Convenção terá força e vigor durante seis annos, contados desde o dia que as Altas Partes Contractantes ajustarem para sua execução simultanea, depois de promulgada conforme as Leis de cada um dos dois Estados; o qual dia não poderá ser além de tres mezes depois da troca das ratificações.

Se os seis annos vierem a findar sem haver notificação em contrario feita seis mezes antes por uma das Altas Partes Contractantes, esta Convenção continuará a ser obrigatoria de anno em anno, até que uma das Partes Contractantes annuncie á outra, com previo aviso feito um anno antes, a intenção em que está de fazer cessar os seus effeitos.

As Altas Partes Contractantes se reservam todavia a faculdade de fazer, de commum accôrdo, na presente Convenção todas as modificações que não forem incompativeis com o espirito e os principios que lhe servem de base, e que a experiencia tenha mostrado necessarias.

ARTIGO XVI.

As Altas Partes Contractantes reciprocamente se compromettem a que, em qualquer Convenção ou Tratado que sobre este mesmo objecto venha a celebrar qualquer dellas com outro Estado differente, fará aquella que o celebrar todos os esforços, e empregará todos os bons officios para que a outra Parte agora contractante seja admittida a estipular iguaes Convenções, ou a adherir ás que estiverem feitas.

ARTIGO XVII.

As Altas Partes Contractantes, desejando outrosim proteger a applicação á industria fabril dos trabalhos de espirito e de arte, convieram em declarar por esta occasião, que a reproducção em um dos dois paizes, das marcas de fabrica postas no outro sobre certas mercadorias, para testificar de sua origem e qualidade, será equiparada á contrafeição das obras d'arte, perseguida como tal, e que as disposições relativas á repressão deste

ARTICLE XIV.

Les dispositions de la présente Convention ne pourront porter préjudice, en quoi que ce soit, au droit qui se réserve expressement chacun des deux Etats, de permettre, surveiller et interdire, par des mesures de législation et de police intérieure, la circulation, la répresentation ou l'exposition de tels ouvrages ou productions sur lesquels il jugera convenable de l'exercer.

ARTICLE XV.

La présente Convention aura force et vigueur pendant six années, à partir du jour dont les Hautes Parties Contractantes, conviedront pour son exécution simultanée, dès que la promulgation en sera faite d'après les lois particulières à chacun des deux Etats, le quel jour ne pourra dépasser de trois mois l'échange des ratifications.

Si, à l'expiration des six années, elle n'est pas dénoncée six mois à l'avance par une des Hautes Parties Contractantes, elle continuera à être obligatoire, d'année en année, jusqu'à ce que l'une des Parties Contractantes ait annoncé à l'autre, un an à l'avance, son intention d'en faire cesser les effets.

Les Hautes Parties Contractantes se réservent, cependant, la faculté d'apporter d'un commun accord, à la presente Convention, toute modification qui ne serait pas incompatible avec l'esprit et les principes, qui en sont la base et dont l'expérience viendrait à démontrer l'opportunité.

ARTICLE XVI.

Les Hautes Parties Contractantes s'engagent réciproquement, si l'une d'elles vient à signer avec un autre Etat une Convention quelconque ou Traité, sur cette même matière, à ce que celle qui la signera fasse tous ses efforts, et emploie ses bons offices pour que l'autre Partie présentement contractante soit admise à stipuler des conventions semblables, ou à adhérer à celles qui auraient été faites.

ARTICLE XVII.

Les Hautes Parties Contractantes, désirant, en outre, protéger l'application à l'industrie manufacturière des travaux d'esprit et d'art, profitent de cette occasion pour déclarer, d'un commun accord, que la reproduction, dans l'un des deux pays, des marques de fabrique apposées dans l'autre sur certaines marchandises pour constater leur origine et leur qualité, sera assimilée à la contrefaçon des œuvres d'art, poursuivie

delicto, insertas na presente Convenção, serão igualmente applicaveis á reproducção das ditas marcas de fabrica.

comme telle, et que les dispositions relatives à la répression de ce délit insérées dans la présente Convention seront également applicables à la reproduction des dites marques de fabrique.

As marcas de fabrica, cuja propriedade os cidadãos ou subditos de um dos dois Estados quizerem assegurar no outro Estado, deverão ser exclusivamente depositadas, a saber: as marcas de origem portugueza em París na Secretaria do Tribunal do Departamento do Senna, e as marcas de fabrica franceza em Lisboa, na Secretaria do Tribunal de Commercio de primeira instancia.

Les marques de fabrique, dont les citoyens ou les sujets de l'un des deux Etats, voudront s'assurer la propriété dans l'autre, devront être déposées exclusivement, savoir: les marques d'origine portugaise à Paris, au greffe du Tribunal de la Seine, et les marques de fabrique française à Lisbonne, au greffe du Tribunal de Commerce de première instance.

As Altas Partes Contractantes igualmente se compromettem a assegurar em seus respectivos Estados, logo que as circumstancias o permittirem, por disposições especiaes feitas de commum accôrdo, a propriedade e os direitos das pessoas que, segundo as Leis de cada um dos dois Estados, tiverem obtido nelles privilegio de quaesquer novos inventos de sua creação.

Les Hautes Parties Contractantes s'engagent également à assurer, dans les deux Etats respectifs, aussitôt que les circonstances le permettront, par les dispositions spéciales prises d'un commun accord, la propriété et les droits des individus qui, selon les lois de chacun des deux Etats, y auraient obtenu un brevet d'invention pour toute découverte faite par eux.

Artigo XVIII.

A presente Convenção será ratificada, e as ratificações serão trocadas em Lisboa no prazo de tres mezes, ou antes se possivel fôr.

Article XVIII.

La présente Convention sera ratifiée, et les ratifications en seront échangées à Lisbonne dans le délai de trois mois, ou plutôt si faire se peut.

Em testimunho do que, os respectivos Plenipotenciarios a assignaram, e lhe appozeram o sello de suas armas.

Feito em Lisboa aos doze dias do mez de Abril do anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesu Christo de mil oitocentos cincoenta e um.

En foi de quoi les Plénipotentiaires respectifs l'ont signée et y ont apposé le sceau de leurs armes.

Fait à Lisbonne le douzième jour du mois d'Avril de l'an de Notre Seigneur mil-huit-cent cinquante et un.

João Baptista de Almeida Garrett.
(L. S.)

Adolphe Barrot.
(L. S.)

E sendo-Me presente a mesma Convenção, cujo theor fica acima inserido, e bem visto, considerado e examinado por Mim tudo o que nella se contém, depois de ouvido o Conselho d'Estado, a Ratifico e Confirmo em todas as suas partes, e pela presente a Dou por firme e válida para haver de produzir o seu devido effeito, Promettendo em Fé e Palavra Real Observa-la e Cumpri-la, e Fazê-la cumprir e observar por qualquer modo que possa ser. Em testimunho do que, e firmeza do sobredito, Fiz passar a presente Carta, por Mim Assignada, passada com o Sello Pendente das Armas Reaes, e referendada pelo Meu Conselheiro, Ministro e Secretario d'Estado abaixo assignado. Dada no Palacio das Necessidades, aos doze dias do mez de Junho do anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesu Christo de mil oitocentos cincoenta e um.

RAINHA.

Antonio Aluizio Jervis d'Atouguia.

Lisboa, 25 de Maio de 1851. O abaixo assignado Plenipotenciario de Sua Magestade Fidelissima tem a honra de declarar a S. Ex.ª o Plenipotenciario da Republica Franceza, por occasião de assignar a Convenção concluida em doze de Abril deste anno, que, para facilitar a sua inteira e completa execução, o Governo de Sua Magestade se compromette a solicitar do Poder Legislativo, com a maior brevidade possivel, as providencias que se reconhecerem necessarias: E que fica, além disso, bem entendido entre as duas Altas Partes Contractantes que, pela equiparação do delicto da contrafeição litteraria ao de contrabando, se não entende fazer reviver o rigor das nossas Leis penaes em materia de contrabando; as quaes de feito não estão ainda abrogadas, mas que, já modificadas pelo uso, bem depressa o serão por um acto legislativo que a opinião do Paiz altamente reclama.

O abaixo assignado aproveita esta occasião para reiterar ao Sr. Plenipotenciario da Republica Franceza os protestos de sua mais distincta consideração. (Assignado) = *De Almeida Garrett.* = A Sua Excellencia o Senhor Adolpho Barrot, Plenipotenciario de França, etc., etc., etc.

Le soussigné, Plénipotentiaire de la République Française, en réponse à la note que Monsieur le Plénipotentiaire de Sa Majesté Très-Fidèle lui a fait l'honneur de lui adresser le 25 de ce mois, s'empresse de lui déclarer qu'il est d'accord avec lui sur les termes explicatifs de cette note, relativement à l'assimilation à la contrebande des délits de contrefaçon ou d'introduction d'ouvrages contrefaits en Portugal, sous le point de vue de la pénalité qui sera applicable à ces délits dans ce pays, et qu'il accepte l'engagement pris par le Plénipotentiaire de Sa Majesté Très-Fidèle, au nom de son Gouvernement, de solliciter, dans le plus bref délai possible, du pouvoir législatif, les mesures qui seraient jugées nécessaires pour faciliter l'entière et complète exécution de la Convention littéraire et artistique conclue entre les deux Gouvernemens le 12 avril de cette année.

Le soussigné profite de cette occasion pour renouveler à Monsieur le Plénipotentiaire de Sa Majesté Très-Fidèle les assurances de sa considération la plus distinguée. Lisbonne, le 29 Mai 1851. = *A. Barrot.* = À Son Excellence Monsieur d'Almeida Garrett, Plénipotentiaire de Sa Majesté Très-Fidèle, etc., etc., etc.

Traducção.

O abaixo assignado, Plenipotenciario da Republica Franceza, em resposta á Nota que o Sr. Plenipotenciario de Sua Magestade Fidelissima lhe fez a honra de dirigir-lhe em 25 do corrente, apressa-se a declarar-lhe que está de accôrdo com elle sobre os termos explicativos desta Nota, relativamente á equiparação ao contrabando, dos delictos de contrafeição, ou introducção de obras contrafeitas em Portugal, sobre o ponto de vista da penalidade que fôr applicavel a taes delictos neste paiz, e que acceita a promessa feita pelo Plenipotenciario de Sua Magestade Fidelissima, em nome do seu Governo, de sollicitar, o mais brevemente possivel, do Poder Legislativo as medidas que se julgarem necessarias para facilitar a inteira e completa execução da Convenção litteraria e artistica concluida entre os dois Governos, em 12 de Abril deste anno.

O abaixo assignado aproveita esta occasião para renovar ao Sr. Plenipotenciario de Sua Magestade Fidelissima a segurança da sua mais distincta consideração. Lisboa, 29 de Maio de 1851. = *A. Barrot.* = A Sua Excellencia o Senhor Almeida Garrett, Plenipotenciario de Sua Magestade Fidelissima etc., etc., etc.